



# A serventia do novo talante

## Editorial

Finalmente, já foi assinado polos governos dos 25 membros da UE a redacção definitiva do tratado constitucional que ao longo de 2005 será submetido a ratificação em referendos e nas câmaras legislativas dos respectivos estados. Num acto celebrado no passado dia 29 de Outubro em Roma, os amos da Europa encenaram a definitiva chegada ao consenso após as dificuldades surgidas com anterioridade arredor do reparto do poder, e dérom saída à massiva campanha de propaganda com que se quer garantir a conformidade popular.

No Estado espanhol, estando convocado um referendo consultivo sobre a Constituição Europeia para 20 de Fevereiro do ano próximo, já começou o ruído mediático bombardeando-nos com mensagens favoráveis ao "grande passo dado na construção europeia", como no próprio dia 29 de Outubro, quando a prática totalidade das emissoras da TV acompanharam o seu tradicional logótipo com umha bandeira europeia com o ânimo de exaltar a identificação europeísta entre as suas audiências. Contudo, é previsível que, logo que for chegando-se a data do referendo, os alto-falantes do sistema aumentem ainda mais o volume para animar à participação numha consulta que, se nom, correria o sério risco de passar despercebida para o comum dumha população que percebe como alheio e estranho todo o que acontece nos gabinetes da UE.

Final, a informação real sobre o que se vai submeter a referendo é praticamente nula. A propaganda pró-UE insiste nos lugares comuns dumha Europa unida, mais próspera, mais poderosa, mais livre, etc... mas a escassamente três meses do plebiscito, ainda nom fôrom distribuídas entre a população cópias do texto, e é mais do que seguro que boa parte das pessoas que acudam a votar em Fevereiro desconheçam o que estão a aprovar ou rechaçar. Mas é precisamente o desconhecimento do que realmente se quer aprovar a melhor arma nas mãos dos agentes políticos e económicos interessados na ratificação do tratado.

O documento a que se está a chamar Constituição europeia nom é mais do que um novo tratado da UE que serve para unificar toda umha série de acordos prévios e aprofundar nas linhas já aplicadas neste mesmo momento, reforçando os chamados "três pilares" definidos em Maastricht: política económica; justiça e interior; e segurança e política exterior. Ou o que é o mesmo: defesa do mercado europeu e dos interesses do grande capital; política repressiva interna; e coordenação das acções de carácter imperialista.

É pois um instrumento político em mãos das oligarquias da UE para aperfeiçoar e otimizar a sua dominação sobre a classe trabalhadora, povos e mulheres oprimidas. Liberdade e prosperidade numha Europa unida som as mentiras atrás das quais ocultam a realidade da desregulação das relações laborais, o supremo domínio do mercado, a opressão das nações sem Estado, o sustento da UE como potência imperialista sob a hegemonia franco-alemã, ou a discriminação e opressão das mulheres no patriarcado. Isso sim, agora sancionada por um acordo internacional de nível constitucio-

nal, o que institucionaliza e estabiliza o statu quo já vigente.

Porém, e apesar das muitas ilusões de tanto europeísta como existe na nossa realidade, a UE empenha-se em mostrar a sua face mais crua e agressiva contra os interesses operários e populares evidenciado no recente rejeitamento da Comissão Europeia ao *plano de viabilidade para IZAR*. A esta UE "livre e social" parecêrom excessivas as raquíticas concessões aos sindicatos feitas polo Governo do PSOE, consistentes numha privatização moderada do que resta da indústria naval de capital público, e insiste na sua destruição absoluta. Acrescente-se esta à longa lista de agravos da UE contra o povo trabalhador galego e deduza-se qual é a resposta lógica que merece a Constituição europeia. Assim e todo, parece que no nosso país nom todo o mundo o tem tam claro.

Dentro das três forças políticas parlamentares a postura de PSOE e PP fica clara. Ambas formações, que recentemente gerírom o governo estatal, nom só som favoráveis à Constituição europeia, senom que tenham responsabilidades na sua elaboração. Mas na que resta, o BNG, a cousa está um pouco mais confusa.

Ainda que finalmente parece que a frente nacional-autonomista optará polo "nom", a decisão causou um certo debate, já que mesmo um dos partidos integrados e destacados dirigentes, como o ex-eurodeputado Camilo Nogueira, manifestárom publicamente a sua posição favorável a um "sim crítico" argumentando que o "nom" seria contraproducente para um BNG que aspira a governar a Junta. Poderia-se dizer mais alto, mas nom mais claro.

A deriva reformista dum BNG, absolutamente centrado na actualidade na plena inserção no sistema político emanado da reforma do franquismo, provoca que cada vez sejam mais as vozes que do seu interior insistem na plena homologação como "partido de ordem". E se, neste caso ainda resultou maioritária a opção do "nom", foi porque ainda é muito recente a época em que se berrava contra Maastricht, para além de existir outras forças políticas no Estado que também rejeitaráram a Constituição, caso de ERC ou IU, o que amortece um efeito esteticamente negativo para os interesses eleitorais do BNG.

E insistimos no de esteticamente negativo porque é aí que se acha a chave em que se baseia um sector importante do nacional-autonomismo para querer votar favoravelmente. O grande argumento que manejam os que aspiram a governar as instituições autonómicas é que votar negativamente nom fica bem. Eis o grande pincha-carneiro político dalguns que se dim nacionalistas galegos, substituir a coerência pola estética.

Possivelmente seja esta nova "linha estratégica" que levou a que o BNG aderisse à moda de apresentar projectos de reforma do Estatuto de Autonomia depois de que, há um ano, insistissem em que na Galiza nom fazia falta reforma do estatuto, senom plena transferência de competências. É o que tem a política *pret-a-porter*, cada pouco tempo muda a tendência em boga e há que renovar o guarda-roupa. Agora temas como a autodeterminação e a defesa exclusiva dos

## Sumário

**3-4 Sobre a prática leninista na Galiza de hoje**  
Carlos Morais

**5-6 Autonomismo ou soberanismo? As reformas estatutárias após 25 anos de café para todos**  
Maurício Castro

**7 Argentina... a terceira irrupção social**  
Roberto Perdía

**8 O comunismo que aí vem e Socialismo e independência, duas novas propostas da Abrente Editora**



20 Fevereiro 2005

Referendo Constituição Europeia

@s comunistas galeg@s

**VOTAMOS NOM**

interesses da classe trabalhadora galega estão absolutamente *out*, enquanto a *defesa da nossa singularidade no quadro estatal e dumha política para toda a cidadania* é o mais *cool* no caso de aspirar a governar sem ter de transformar a realidade dum jeito radical.

Ainda assim, continuamos a existir quem nom acreditamos nesse jeito de fazer política, e que de chaves nacionais, feministas e de classe, manifestamos tanto o nosso rechaço à Constituição europeia, como à Constituição espanhola ou ao Estatuto de Autonomia. Leis elaboradas contra os interesses do povo trabalhador galego e das quais nom cabe reforma possível, apenas a sua derrogação e substituição polas leis do futuro Estado galego ao serviço da classe operária no caminho do socialismo.

Mudando de tema, nom podemos passar por alto neste editorial umha sucinta revisom do acontecido nas Eleiçoms presidenciais nos EUA, acontecidas no passado 2 de Novembro, e nas quais resultou reelecto o candidato do Partido Republicano George W. Bush, derrotando o seu principal adversário, o candidato do Partido Democrata, John Kerry.

Dando umha vista de olhos ao escrito e dito na imprensa burguesa, e em parte da que se considera alternativa, parece que nestas eleiçoms concorreram duas focagens radicalmente diferentes. Umha autoritária, reaccionária, especialmente imperialista e agressiva, face a outra mais aberta, dialogante e democrática. Apresentou-se umha relação maniqueia em que Bush era o engendro do mal e Kerry supunha umha alternativa progressista, havendo nom poucos editorialistas do Estado espanhol que quígerom fazer um paralelismo com o acontecido nas eleiçoms de Março entre Aznar e Zapatero. Como sempre, o papantismo e a estultícia própria de grande parte dos jornalistas e opinadores profissionais combinou-se com o mais absoluto desprezo da realidade objectiva.

Se no caso espanhol as diferenças entre Aznar e Zapatero som muito menores do que as suas semelhanças, no caso dos dous candidatos norte-americanos a questom ainda se apresenta mais agravada, já que os programas políticos de republicanos e demócratas apenas se distinguem porque estes últimos estão dispostos a afrouxar um pouco as extremas condições de precariedade da classe operária norte-americana, num país em que existem 36 milhões de pessoas que passam fome, e por-

que consideram que no seu papel de potência hegemónica devem fazer algunhas concessoms aos sub-imperialismos existentes no mundo (caso da Rússia ou a UE).

Mesmo surpreendem as semelhanças pessoais entre Bush e Kerry. Ambos tenhem umha origem social oligárquica, o vitorioso pertence a umha família petroleira texana, o segundo à grande burguesia de Nova Inglaterra. Os dous estudárom na mesma Universidade, Yale, onde figérom parte dumha rançosa sociedade secreta, os *Skull & Bones*, que tem entre os seus ex-membros vários antigos presidentes ianques. Em definitivo, tanto um como outro fam parte e representam os interesses de diferentes fracçoms dum mesmo bloco oligárquico.

amplas camadas da população ianque, para além de nom duvidarmos que aquele sector social consciente e de esquerdas norte-americano, que todo o mundo conheceu após Seattle, ou nom votou ou o fixo por algunha das candidaturas da esquerda real que se apresentou nalguns dos estados dos EUA, abstendo-se de apoiar em Kerry.

Em segundo, que pouco mais tem que ganhasse um ou outro, já que nom ia supor umha mudança substancial do papel jogado polo imperialismo ianque em todo o mundo, nem traria umha melhoria substancial para as condições de vida das dezenas de milhões de marginalizad@s e explorad@s polo *big brother* ianque dentro das suas fronteiras.

imperialismo, a capacidade de reacçom da resistência iraquiana demonstrou ser muito superior ao estimado polos estrategas do Pentágono, já que nom só nom dérom tomado a totalidade de Falluja, como vírom que se produzia um recrudescimento generalizado das aççoms guerrilheiras em todo o território do Iraque.

Mas a evidência dum massivo rechaço popular à ocupaçom nom supom um obstáculo para que o imperialismo ianque continue a querer tirar talhada da sua presença lá. Os EUA, que já começam a perceber o risco iminente de ficarem atolados num novo Vietname, ignorárom mais umha vez a realidade e tenhem previsto a convocatória de eleiçoms no

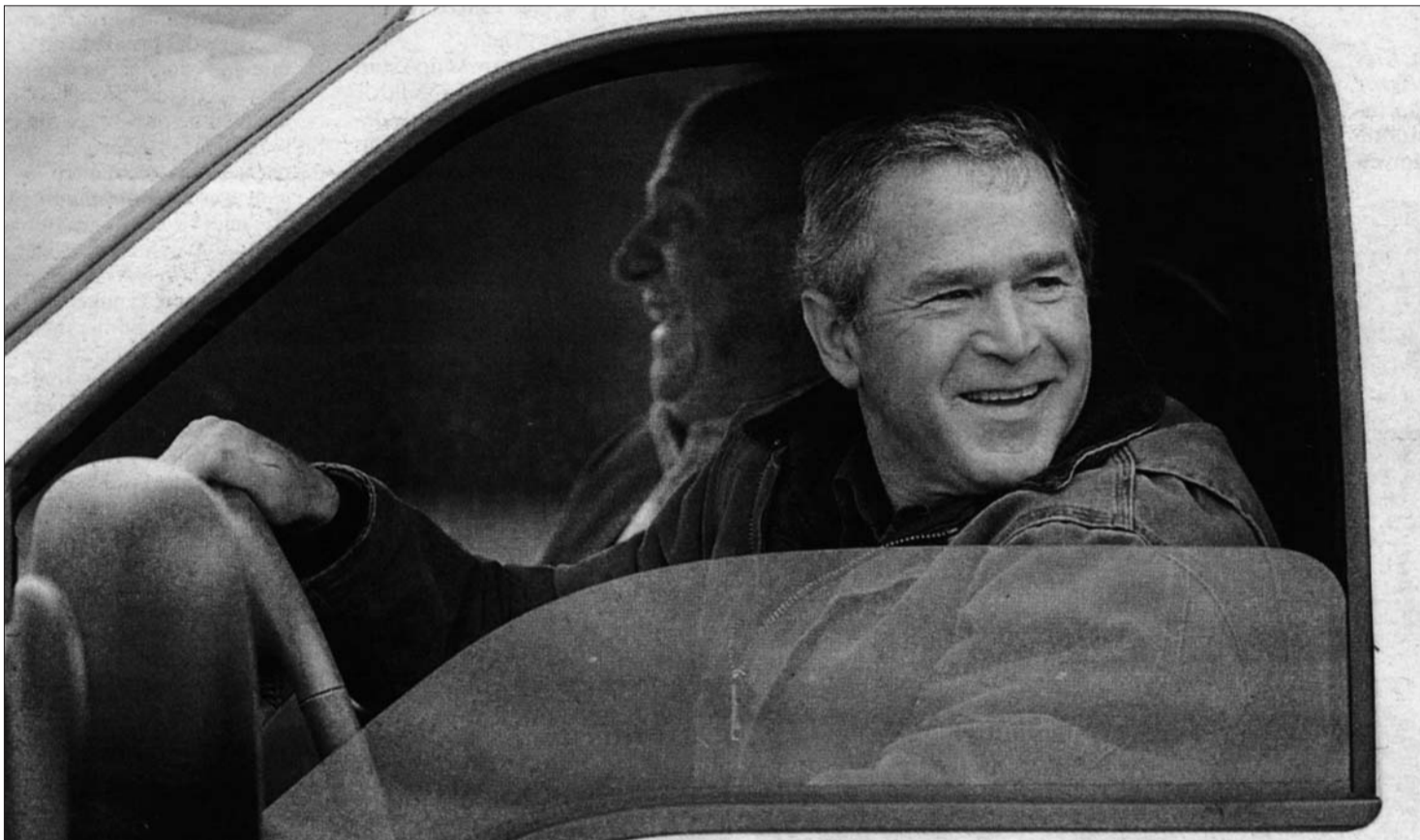
pante, somou-se a morte em Paris de Yassir Arafat, presidente da Autoridade Nacional Palestiniana (ANP) e líder carismático do movimento de libertaçom nacional.

Para além dos questionamentos que podam surgir arredor do papel jogado por Arafat nos mais de 50 anos de luta contra o Estado de Israel, o certo é que tanto polo reconhecimento do seu liderato, quando menos moral, por parte de todo o movimento palestino, como polas circunstâncias em que se produziu a sua morte, -auténtico símbolo do sofrimento de todo um povo-, merece ser tida em consideraçom.

De umha parte, o mínimo consenso atingido por todas as façoms palestinianas em torno do *raïs* fica em suspenso, já que nom existe outra figura que recolha as características de Arafat. Além do mais, som notáveis as pressoms de Israel e dos EUA para que seja eleito como novo presidente da ANP um candidato moderado favorável às concessoms ao sionismo, o que suporá indubitavelmente umha divisom maior entre as diferentes organizaçoms, tanto nacionalistas como islâmicas, actuautes na Palestina.

Nom podemos tampouco deixar de valorizar as condições em que morreu e foi sepultado Arafat, já que som um auténtico símbolo da opressom sofrida por todo um povo. Encarcerado na sede da ANP durante meses, tivo que pedir permissom ao seu inimigo para poder abandonar a sua prisom e poder ser tratado num hospital militar em França. Morto no breve exílio francês, os seus funerais celebrárom-se num mais próximo Egipto e finalmente foi enterrado na sua última prisom em Ramala, negando-se-lhe a possibilidade de poder ser sepultado na capital da Palestina, Jerusalém. Arafat sofreu nos seus últimos dias, e mesmo depois de morto, as humilhaçoms que todo o seu povo tem de sofrer a diário como exilad@s na própria terra, abafad@s pola realidade da opressom nacional.

Porém, nom nos cabe dúvida que, apesar de todas as humilhaçoms que sofrem @s palestinian@s, mas também das que sofremos galeg@s e em geral o conjunto dos povos oprimidos, a classe operária e as mulheres do mundo, a razom e a justiça estão do nosso lado. E de que, se continuáromos a nos organizar e lutar contra o inimigo comum, o modo de produçom capitalista nas suas diferentes faces, finalmente atingiremos como resultado a edificaçom dum mundo novo de mulheres e homens livres, edificando a ordem socialista.



As amizades da monarquia espanhola

Se para além de ter em conta estas questoms, os analistas da imprensa mundial, e em especial da espanhola, valorizassem na sua justa medida o funcionamento do sistema eleitoral dos EUA, ainda mais propenso a favorecer os grandes partidos do sistema do que os existentes na Europa e no qual a participaçom popular está sujeita a mais entraves, para além de ter em conta o tremendo rearmamento vivido pola extrema-direita naquele país, poderiam ter chegado facilmente às duas mesmas conclusoms a que nós chegamos.

Em primeiro lugar, nom surpreende a vitória de George W. Bush porquanto se sustenta na hegemonia ideológica do imperialismo e do mais reaccionário integrismo religioso entre

Porém, quando menos em política exterior, a sua re-eleiçom nom supujo umha grande mudança nas aççoms levadas avante por Bush e os seus sequazes. Poucos dias após ter ganho os comícios presidenciais, dava-se ordem de iniciar umha nova escalada das aççoms repressivas no Iraque, começando o que até o momento foi a batalha com maior movimento de tropas no século XXI. Em meados do mês de Novembro, à roda de 15.000 soldados ianques e sipaios iraquianos iniciavam o assalto a Falluja, no que cinicamente se qualificava de aççom de carácter policial contra os supostamente de 1.000 a 2.000 "terroristas" que se escondiam nesta cidade. Contraditoriamente para os interesses do

Iraque para finais do próximo mês de Janeiro. Eleiçoms de que sairá um governo fantoche, semelhante ao recentemente eleito no Afeganistão, do qual se espera sirva como muro de contençom da expansom dum movimento de resistência popular e armada que vai caminho de se tornar em insurreiçom generalizada, pondo em grave perigo os interesses económicos do imperialismo numha área em que existe outro ponto quente de conflito, a Palestina.

A situaçom neste outro país do oriente próximo também merece a nossa atençom enquanto à já de pôr si crítica situaçom em que vivem permanentemente os movimentos de libertaçom nacional dos países oprimidos, sujeitos aos constantes ataques da naçom ocu-

PUBLICIDADE

**Espeteira**  
MENÚ & ESPETOS  
¡Agardámoste aquí!  
Rua do Home Santo 24  
(Esquina Concheiras)  
Teléfono: 981 557 220  
www.espeteira.com  
TAMÉN ABRIMOS OS DOMINGOS Ó MEDIODÍA

**el matadero**  
Praza do Matadoiro 3 - SANTIAGO

**Touro Tolo**  
Café - Copas - Tapas  
E MÚSICA!  
HAMBURGUESAS E BOCATAS  
ESPECTACULARES  
Rua das Rodas 35 - 981 577 384

**SEREIXA**  
Rua Jasmins, 13 • compostela • galiza • tlfne: 981 577 015

**TARASCA**  
Entremuros, 13  
Compostela • Galiza

**CASA DAS CRECHAS**  
Baioa  
Via Sacra, 3  
15704 Compostela

• Casa de Xantar •  
**16**  
**o-dezaseis**  
Rua de San Pedro 16  
Tfns: 981 361 880 - 981 577 633  
15703 Compostela

**Henriqueta Outeiro**  
centro social  
Quiroga Palácios, 42 (rés-do-chao)  
15703 Compostela-Galiza • Teléfono: 981 563 286

libreria  
**couceiro**  
Santiago - A Coruña

**Rúa Nova**  
**n**  
CAFETERIA  
RESTAURANTE  
Tel.: 981 566 980  
Tel./Fax: 981 571 373  
Rúa Nova, 36 • Santiago

**BIERZO CEIVE**  
LA GATERA  
Pub JOLK - PONFERRADA

**COPISTERIA T44**  
Fotocopias • Papelería  
Encuadernacións • Planos  
Fax • Carteis • Tarxetas  
Tesis • Tesiñas  
Impresión dixital e laser  
R./ San Roque 31 B. T-Fax: 981 566 896  
R./ Republica Arxentina 44 B. T-Fax: 981 592 626  
SANTIAGO

**BANICA**  
AS CATRO VEGAS  
A ESTRADA

**Taverna O Noso Lido**  
Ana Roca  
Fontoura 29, Salvaterra de Miño  
Teléf: 98668333

**neves asesoría**  
Francisco Xosé Neves Alvarez  
Graduado Social  
R/ Morales Hidalgo, 16  
36860 Ponte Areas  
Teléfono: 986 644 059

Nom queremos deixar passar o 80 aniversário do falecimento de Lenine sem realizar umha série de reflexões sobre como aplicar correctamente na nossa concreta luta de classes, na Galiza actual, alguns dos mais destacados contributos do revolucionário bolchevique à acção teórico-prática comunista.

**1- Autodeterminação**

Na sua última etapa, Lenine emprestou grande atenção à reflexão e desenvolvimento da teoria marxista sobre a autodeterminação nacional, seguindo dous conceitos inicialmente formulados por Marx: umha nação que oprime outra nom pode ser livre, e a libertação da nação oprimida é premissa para a revolução socialista na nação opressora. Embora a sua prematura morte impedisse que a plena maturidade teórica atingida pudesse consumir a sistematização de umha teoria global do programa comunista a respeito da libertação nacional, sim esclareceu o imprescindível apoio e implicação na luta pela autodeterminação como parte de qualquer estratégia revolucionária comunista, assim como a relação interdiálica entre a emancipação das nações oprimidas e o internacionalismo proletário.

Para Vladimir Ilich, a libertação nacional era basicamente um direito político, afastado de abstrações metafísicas, de essencialismos milenaristas. Direito político emanado das condições materiais e inserido na luta de classes. A libertação nacional, a luta pela independência, nem é alheia à luta de classes, nem se pode arredar das tarefas prioritárias da actual fase imperialista de caos generalizado em que se acha o desenvolvimento capitalista. A teoria leninista sobre o imperialismo é essencial na hora de aplicarmos no presente o direito de autodeterminação.

Os parâmetros teóricos elaborados por Primeira Linha nesta matéria, que formulam um novo comunismo galego, constatarem que é a classe trabalhadora galega em particular, -e em sentido mais amplo o conjunto dos sectores populares que definimos como Povo Trabalhador-, que padece directamente nas suas condições materiais de existência a carência de soberania, e portanto é quem está objectivamente interessada em dotar-se de um Estado, de carácter obreiro e galego, para poder superar a exploração e dominação a que se vê submetida e poder assim construir o Socialismo. Frente à clássica abstracção de "povo galego oprimido", demarcamos e definimos os sectores sociais sustentadores do novo independentismo. Pois nem a burguesia galega, beneficiária e corresponsável directa da opressão nacional, nem os sectores intermédios representados politicamente pelo autonomismo, ambos refractários à recuperação da soberania, podem assumir, nem lhes interessa aderir, às teses independentistas, porque estas questionam os alicerces da monarquia imposta por Franco e o capitalismo espanhol, sustentado na opressão imperialista sobre as nações que oprime, e portanto os privilégios de que gozam no actual regime. Na Galiza de hoje, o independentismo real só pode ter umha componente de classe, e em consequência umha carga revolucionária socialista inassumível para quem defender a estabilidade social, ou meras reformas, temendo mais a Revolução proletária do que as nefastas consequências da opressão nacional reduzida ao âmbito lingüístico-cultural ou identitário.

É ineludível num programa marxista introduzir como tarefa prioritária a luta de libertação nacional, nom considerá-la umha mera reivindicação formal de carácter democrático que há que respeitar mas nom promover activamente, tal como fam a maioria das "esquerdas" da metrópole ou aquelas autodefinidas como "internacionalistas". Som @s comunistas que devem cumprir um papel destacado na luta de libertação nacional superando os limites congénitos do "patriotismo" burguês, as derivas culturalistas, o autismo e outras diversas variantes do reformismo caracterizador do estreito exclusivismo nacionalista. Independência e Socialismo som cara e coroa da mesma moeda. Som objectivos inseparáveis e inegociáveis.

**2- Orientação e direcção obreira**

A nítida e intransigente demarcação da linha política proletária com a linha burguesa é outra das chegadas fundamentais do leninismo. A maioria social que conforma as classes trabalhadoras deve dotar-se de organizações próprias, de carácter nacional, mas também com um programa nitidamente de classe, evitando ser massa de manobra da burguesia ou da pequena burguesia. É a classe operária que deve dirigir a acção política, evitando cair na colaboração de classes, fugindo das práticas conciliadoras disfarçadas de pluralismo e democracia. Estas duas premissas: pluralismo e democracia, fam parte das características do Povo Trabalhador e da natureza, métodos e objectivos de um movimento revolucionário, mas nom se podem aplicar mecanicamente na composição das organizações e movimentos revolucionários porque as *condições materiais determinam a consciência*. Deixar-se submeter

Carlos Morais

# Sobre a prática leninista na Galiza de hoje



A libertação nacional fai parte da luta de classes



Os métodos de luta nom definem per se a linha política e os objectivos de quem os pratica

aos interesses da pequena burguesia, seguindo palavras de ordem "radicalizadas" e "incendiárias", mas esvaziadas de conteúdo, foi um dos mais habituais erros cometidos noutros processos e momentos históricos, mas que a dilatada experiência revolucionária tem demascarado, e dos quais cumpre aprendermos para nom voltar a repeti-los.

As organizações de classe tenhem de ter umha direcção maioritariamente conformada por trabalhadoras e trabalhadores. Nom se

pode delegar, nem deixar tutelar por nengumha das diversas fracções da pequena burguesia, e muito menos pola *intelectual*, aparentemente mais "preparada" e "formada", mas objectivamente tendente a práticas conciliadoras e claudicantes à medida que os processos revolucionários avançam, e portanto o choque entre as classes adopta formas mais cruas e a luta de libertação nacional atinge o seu pleno desenvolvimento como guerra revolucionária de libertação nacional e emanci-

pação social. Para evitar situações que a história constatou como cíclicas, cumpre um alerta e fiscalização permanente. Quando a direcção de um movimento revolucionário perde a sua imprescindível componente de classe, e portanto desaparece o irreconciliável antagonismo material que sustenta o confronto entre Capital e Trabalho, o reformismo abandona os seus complexos, as suas ambigüidades, fai-se visível, desprende-se da timidez, eclosiona, penetrando violentamente no

conjunto do Partido, e como umha metástase destrói a natureza e os objectivos revolucionários do conjunto da organização, após processos traumáticos de confronto interno, ciscos, purgas e aniquilação, sempre sob a justificação de "alargar a influência", "avançar socialmente", "evitar a repressão e o isolamento social", "lograr reconhecimento", etc. É pois essencial manter a toda a custa a inde-

vem da página 5

pendência ideológica e organizativa da classe obreira.

### 3- Luita de classes

A esquerda independentista galega tem de centrar e orientar a sua intervenção social no horizonte estratégico da emancipação do mundo do Trabalho. A luita de classes, que numha nação oprimida adopta a forma de luita de libertação nacional, é o fio condutor da política comunista, da acção do conjunto da esquerda anticapitalista. Todas as energias devem canalizar-se face esse objectivo estratégico, desenvolvendo programas tácticos e flexíveis para as mais variadas problemáticas e reivindicações. A regra da globalidade deve ser aplicada permanentemente à hora de analisar e intervir nas luitas concretas, procurando agudizar as contradições, alargando a consciência das massas, combatendo o reformismo, aproximando mediante o proselitismo o maior número de trabalhadoras/es e jovens. Um militante comunista nom só deve ser um/umha agitadora e propagandista, também deve organizar, promover, fomentar e orientar as luitas. Ligá-las à situação de dependência nacional e ao caótico modo de produção capitalista é o que diferencia a linha revolucionária da reformista, a prática comunista da prática economicista e/ou oportunista. *"Dixemos que os operários nom podiam ter consciência social-democrata. Esta só pode ser introduzida de fora. A história de todos os países testemunha que a classe obreira, exclusivamente com as suas próprias forças, só está em condições de elaborar umha consciência tradeunioista"*.

Mas para acertar politicamente devemos aplicar umha das lições presentes ao longo da densa e dilatada obra teórica do fundador do primeiro Estado obreiro: o estudo e a reflexom permanente. Sem conhecermos polo miúdo a realidade na que queremos incidir e transformar nom é factível o mais mínimo sucesso político. Sem nos adequarmos à concreta luita de classes em que agimos, nom é possível auto-organizar o proletariado, as mulheres e a juventude em estruturas amplas, flexíveis com um programa de libertação nacional e social de género.

### 4- Modelo organizativo e métodos de luita

O leninismo demonstrou como um movimento revolucionário deve saber utilizar com habilidade e inteligência todas as formas de luita possíveis, sem excepção, combinando-as dialecticamente com o finalidade de ir acumulando forças e avançando taticamente face o objectivo final que persegue um partido comunista: dirigir e orientar o assalto ao poder da burguesia mediante umha estratégia insurreccional que destrua a sua ditadura, levantando um Estado operário sobre as cinzas do velho instrumento de dominação, construindo o Socialismo.

Umha correcta linha política comunista é aquela que utiliza os métodos de luita adequados a cada etapa histórica em função de critérios objectivos e subjectivos, da análise que nos fornece o materialismo histórico e dialéctico, das possibilidades reais, -nom dos desejos e fantasias da militância-, da intervenção social e dos apoios acumulados, da particular história do seu movimento. O partido comunista de inspiração leninista, -umha das formas mais elaboradas e aperfeiçoadas de organização revolucionária-, é umha ferramenta de combate, umha organização militante de mulheres e homens que *"nom consagram à revolução as suas tardes livres, senom toda a vida"*, que nom pretende adequar-se ao nível de consciência socialmente compartilhada, nem as suas tarefas som lutar por meras reformas.

O modelo organizativo baseado numha direcção política unificada, centralizada e selectiva, responsável pola manutenção da coesom e unidade de acção e pensamento, estimuladora da liberdade, da participação e do pleno funcionamento democrático está estreitamente vinculado, é inseparável dos objectivos subversivos que persegue um partido comunista. O modelo desenhado no *Que fazer?*, nom só mantém a sua plena vigência, -com as lógicas adaptações à nossa concreta estrutura de classes-, como tem demonstrado a sua eficácia e utilidade à hora de dirigir luitas nas mais adversas condições, assim como nos momentos de plena intervenção legal ou semi-legal. O espontaneísmo das massas pode gerar grandes luitas, mas nunca atingirá objectivos profundamente transformadores pola incapacidade de avançar para além de uns limites definidos pola carência de um programa político avançado, de umha aviação global e de umha direcção experimentada. *"A consciência socialista é algo introduzido de fora (von Aussen Hineingetragen) na luita de classes do proletariado, e nom algo que tenha surgido espontaneamente (urviichsig) dentro dela"*. Alguns dos últimos movimentos de massas (LOU ou *Nunca Mais*) que sacudiram a Galiza do último quinquénio exemplificam perfeitamente as deficiências congénitas da luita espontânea sem direcção política revolucionária.

Mas os métodos de luita nom definem *per se* a linha política e os objectivos de quem os pratica. Participar num processo eleitoral pode ser mais útil que realizar acções armadas num momento determinado. Nom participar nos velhos sindicatos reformistas, impulsando assembleias de trabalhadoras e trabalhadores, pode ser a táctica acada frente a articular umha corrente revolucionária no seu interior. Dedicar anos a construir umha rede de quadros formad@s e curtid@s na intervenção teórico-prática de umha realidade adversa, evitando chamar a atenção, mas conscientes das tarefas imensas e dos sacrifícios futuros sacrificios consubstanciais ao desenvolvimento dumha estratégia político-militar, pode ser mais eficaz e inteligente que iniciar o caminho inverso.

Nom existem receitas infalíveis, nom existem modelos previamente definidos, existem objectivos, métodos de luita, experiência acumulada em décadas de luita de classes e dezenas de revoluções; mas a classe operária deve aplicar, desenvolver com a própria prática a sua particular via. Lenine demonstrou o imenso valor da flexibilidade táctica.

O que é evidente é que as organizações revolucionárias devem saber empregar e tirar máximo rendimento aos espaços políticos, -reduzidos ou alargados-, que os regimes burgueses, -democracias formais ou ditaduras-, permitirém. Um partido comunista deve com a sua estratégia de pedagogia revolucionária de massas clarificar permanentemente a inviabilidade de a classe operária lograr os seus objectivos mediante a utilização exclusiva dos mecanismos de que a burguesia se dotou para se perpetuar no poder, concretamente as actuais democracias formais de Ocidente, *"A substituição do Estado bur-*

# Sobre a prática leninista na Galiza de hoje...



Congresso Nacional Constituinte de BRIGA, Ferrol, 16 de Outubro

*guês polo Estado proletário é impossível sem umha revolução violenta"*, mas também deve ser capaz de multiplicar as oportunidades que brindam as tmidas liberdades burgueses conquistadas pola classe obreira. Nem podemos abraçar as ilusões do parlamentarismo, nem renunciar dogmaticamente à sua utilização.

Umha correcta linha comunista deve combater a impaciência e a precipitação, mas também a comodidade, a rotina, a carência de audácia, o conservadorismo, a burocratização, a inércia, o seguidismo, a covardia. Um bom militante comunista deve estar em permanente tenso, ter plena disposição para realizar as tarefas que a realidade demandar. Nos centros de trabalho, nas fábricas, nas escolas e facultades, nos bairros, nos movimentos sociais, a sua palavra, a sua prática, a sua intervenção devem traçar sempre o caminho da subversom e combater o amorfismo, o marasmo, a posições oscilantes, mas também o aventureirismo infantilista. Eis a posição equidistante da linha comunista revolucionária frente à reformista e à esquerdista.

Praticar todas as formas de luita é imprescindível e necessário num processo revolucionário. A utilização da luita armada, da luita institucional, da agitação e mobilização de massas, da sua combinação parcial ou global, virão determinados pola conjuntura concreta, pola sua utilidade, mas nunca pola aplicação mimética de outras experiências, nem das receitas dos manuais.

### 5- Revolução ou revoluções?

Lenine e o marxismo nom cansáram de repetir que as revoluções, como qualquer parto violento, tenham características específicas que as fam diferentes de outra qualquer. Cada revolução nom é igual à anterior e à vindoura, deve adaptar-se e é fruto das características próprias da sua concreta formação social, da sua particular história e desenvolvimento. A Revolução Galega tem de apoiar-se na particular morfologia da formação social galega, que actualmente se acha numha transformação de envergadura, que obriga as organizações revolucionárias a modificarem e abandonarem umha parte substancial das teorias sobre as quais sustentavam as tácticas e as estratégias da luita de libertação nacional e social. A Galiza de 2004 deixou definitivamente de ser umha economia agrária conformada por um vasto campesinato, para passar a ser umha sociedade que padece traumáticamente as consequências mais agressivas de umha industrialização acelerada e exógena: elevadas taxas de contaminação e agressões ao ambiente (dados recentes manifestam que o enxofre e carbono no ar galego ultrapassa a média estatal), destruturação social (incremento da pobreza e exclusom social no rural, abandono de centenas de aldeias e de milhares de hectares de campos de culturas que passam a ser devorados polo mato, pasto das chamas ou absorvidos na actual estratégia de turistificação), liquidação definitiva dos modos de vida tradicional.

A realidade é que hoje em dia, -após o afundamento provocado nos primeiros anos da década de noventa como consequência da reconversom industrial da segunda metade de oitenta-, a percentagem de população ocupada na indústria tem experimentado um crescimento espectacular, ficando por cima de 17%, superando assim a média estatal, que nom atinge

16%. O proletariado galego está conformado por mais de trezentos mil trabalhadoras e trabalhadores repartidos entre a indústria, a construção e a pesca. Esta realidade vai acompanhar pola prática homologação com o conjunto do Estado espanhol da população dedicada às tarefas agrícolas e gadeiras, com 7,4%. As previsoms apontam para que nos vindouros anos seguirão perdendo-se postos de trabalho no sector primário até situar-se em 55.000 pessoas em 2008, pouco mais da metade actual, com umha taxa de 5%.

Estes dados nom se podem analisar em abstracto, porque provocariam resultados desastrosos para a acção política revolucionária, pois umha parte maioritária deste novo proletariado industrial continua a ser simbiótico e a residir em áreas rurais e semi-rurais, carente de cultura obreira, de tradição organizativa, com elevadas taxas de precariedade, e totalmente vulnerável aos diversos mecanismos de alienação tecidos ou desenvolvidos polo neoliberalismo.

Mas é umha indiscutível evidência que o sujeito hegemónico da Revolução na Galiza é a classe obreira, e que nom som válidos para a nossa estrutura de classes importados modelos frente-populistas, "nacional-populares", de inspiração maoísta, que defendêrom e ainda continuam a defender certas correntes nacionalistas e independentistas.

A esquerda independentista galega deve ter como prioridade predominante a intervenção nos bairros populares dos núcleos urbanos, nos centros fabris, entre a mocidade obreira e popular, continuar a introduzir-se entre as novas gerações do proletariado.

### 6- Combate ideológico

Lenine dedicou umha parte importante das suas energias e inteligência a combater teórica e politicamente outras correntes do campo revolucionário e reformista que colidiam com a estratégia obreira revolucionária, e que portanto dificultavam o avanço da Revolução. O leninismo na actualidade nom deve renunciar à polémica azeda, ao intransigente combate contra todas aquelas propostas e iniciativas que emanando do campo revolucionário, e obviamente do reformista, introduzirem confusonismo, provocarem divisom, fomentarem derrotismo, veicularem linhas de intervenção que nom favorecem a estruturação e o avanço do espaço revolucionário. As divergências políticas e teóricas com as outras correntes revolucionárias nom se devem evitar, nem ocultar. Cumpre combater sem tréguo pola posição correcta, sem temor a que as "diferenças" sejam utilizadas polo inimigo, porque é absurdo e contraproducente silenciar os desacordos existentes no campo revolucionário.

Nom há que ter medo às habituais campanhas de calúnias e injúrias a que se vê submetido o partido comunista e @s mais destacad@s dirigentes. A biografia de Lenine exemplifica que a sua posição política, a sua polémica figura nunca reuniu apoios unânimes. Na sua época, foi um dos mais odiados representantes do marxismo e objecto das mais abjectas e implacáveis acusações por parte da reacção, do reformismo, do revisionismo e do esquerdismo. Mas a perseverança, a tenacidade, a obstinação e a firmeza das suas posições e trajetória militante, fórom determinantes, -por muito minoritárias e mesmo testemunhais que fossem em certos momentos-, para o

sucesso de Outubro de 1917. Renunciar ao combate ideológico tam só reforça as estruturas de dominação da burguesia e do imperialismo, pois como gostava de citar o extracto da carta de Lassalle a Marx *"a luita de partido dá ao partido força e vitalidade; a maior prova da fraqueza de um partido é o seu amorfismo e o esbatimento de fronteiras nitidamente delimitadas; o partido reforça-se depurando-se ..."*. As unidades, de que somos partidários, derivam de coincidências tácticas e estratégicas, nunca devem emanar da fraqueza revolucionária, nem do oportunismo, porque deste jeito estão condenadas ao mais estrepitoso fracasso.

O partido comunista revolucionário é a garantia para evitar derivas reformistas e aventureirismos infantis. O partido comunista é a garantia da democracia e do pluralismo interno, da adequada política de alianças, da correcta intervenção social.

### 7- Internacionalismo

O comunismo só é possível a escala mundial, a revolução proletária mundial é o objectivo das luitas concretas, parciais, locais, que a milhons desenvolvem diariamente comunistas em todos os pontos do planeta. Umha das primeiras tarefas da Revolução Bolchevique, em plena guerra civil e agressom das potências imperialistas, foi construir em 1919 a III Internacional como direcção mundial da luita contra o Capital e pola Revolução. As suas vicissitudes e posterior liquidação estão vinculadas à degeneração burocrática desses estados e à conhecida capitulação com o imperialismo. As fracassadas experiências do capitalismo de Estado na URSS e na China demonstráram a inviabilidade de construir o "Socialismo num só país".

Na actualidade, a plena expansom e desenvolvimento do modo de produção capitalista no conjunto do planeta tem aprofundado as tendências de agressom global que caracterizam o capitalismo na sua fase imperialista. Perante este fenómeno, prognosticado e estudado por Lenine, é imprescindível que o proletariado, os povos e as mulheres, que padecemos umha agressom a escala mundial, mediante a auto-organização em forças revolucionárias, avancemos face a construção de novas e adequadas formas de coordenação das luitas locais em estruturas de âmbito internacional. A luita de classes numha nação oprimida como a Galiza, ou naquelas com Estado, já nom se produz exclusivamente a escala nacional, as tendências que caracterizam a globalização provocam que nom só soframos as agressoms do capital autóctono e do espanhol, também do transnacional. A pertença à União Europeia provoca a ineludível necessidade de participarmos e fomentarmos a criação de fóros internacionais de debate e coordenação de luitas contra o inimigo comum. É urgente construir ferramentas organizativas supranacionais de luita e combate. Se a agressom é a escla global, a resposta deve ser também global.

O internacionalismo só se pode praticar a partir de luitas concretas, de realidades tangíveis e com organizações imbricadas nessa luita local. Independentismo e internacionalismo nom som, tal como afirma o reformismo espanholista, concepções antagónicas, som cara e coroa da luita anticapitalista e de libertação nacional que na Galiza desenvolve a esquerda independentista.

Carlos Morais é Secretário Geral de Primeira Linha

# Autonomismo ou soberanismo?

## As reformas estatutárias após 25 anos de *café para todos*

É um facto conhecido e reconhecido que os últimos quatro anos de governo do Partido Popular no Estado espanhol supuseram uma ofensiva sem precedentes por parte de poderosos sectores da classe dominante espanhola para tentar resolver ou deixar definitivamente encareirada a solução final do problema nacional que historicamente enfrenta isso que chamam Espanha.

Partimos portanto dessa premissa à hora de revisar o que temem suposto os últimos anos de ofensiva da direita espanhola mais reaccionária, em relação com a situação que o PP encontrou na altura em que atingiu o Governo, e o cenário que deixou com o abandono do mesmo há poucos meses atrás. Um cenário marcado no Estado espanhol pelo debate aberto em torno das reformas dos estatutos de autonomia.

### O fim do ciclo protagonizado pelo PP à frente do Governo de Espanha...

O Partido Popular é um partido aglutinante de um amplo espectro ideológico da direita espanhola, que abrange da extrema direita mais rançosa e pró-franquista aos sectores "liberais" autoproclamados de centro, passando pela tecnocracia "laica" e essoutra ligada a sectores integristas católicos como o representado pela Opus Dei ou os Legionários de Cristo.

A sua chegada ao poder, em 1996, supuiu o recambio por via eleitoral após um período de treze anos de governo do PSOE, marcado pela aplicação de planos económicos estruturais de fundo calado para a "modernização", segundo a eufemística terminologia neoliberal, do mercado capitalista espanhol. Umha tarefa que provavelmente só um partido com tradição de esquerdas como o PSOE podia aplicar na altura (lembramos as selvagens "reconversões" dos anos 80 em comarcas galegas como a de Trasancos ou Vigo). O alibi das "obrigações" vindas da UE e da avançada envolvente europeia não foi alheio na montagem ideológica que permitiu o progressivo desmantelamento do chamado "Estado-Providência". Também a enorme e evidente corrupção política e económica, juntamente com a continuidade do recurso ao terrorismo de Estado para combater o independentismo basco, ajudaram a configurar os sinais de identidade do período conhecido como *felipista*.

E quando já o desgaste desses governos "socialistas" exigia aquele "recambio democrático", quer dizer, permitia a substituição da social-democracia-liberal no controlo do aparelho estatal, cedendo a gestom directamente à reacção sem disfarces, foi a vez de José María Aznar e de todo o que representou.

Graças a umhas bases assentes durante a etapa entre 1982 e 1996, o novo presidente espanhol pôde avançar progressiva e sistematicamente na aplicação de reaccionárias reformas legislativas a nível laboral, de participação política e de direitos e liberdades fundamentais que, com a perspectiva que dá os anos decorridos desde a sua implementação, estamos em condições de avaliar na sua justa significação.

Os dous objectivos fundamentais da oligarquia espanhola durante a etapa encetada em 1996 eram a imposição incontestável do modelo neoliberal, já iniciada pelo PSOE, e a neutralização dos movimentos centrífugos das nações periféricas do Estado, nomeadamente a esquerda abertzale no País Basco, mas não só. Se bem nos dous casos semelha claro que o PP deu importantes passos para as posições do capitalismo centralista mediante o incremento de medidas repressivas de todo o tipo, o certo é que continuam a subsistir sinais esperançosos de permanência de certa cultura da resistência ou alguma capacidade de reacção em significativos sectores do Estado, incluída a nossa nação. Falta é a existência de propostas político-organizativas à altura das necessidades de uns movimentos populares em mãos de direcções reformistas e carentes de objectivos para além da concorrência eleitoral ou a gestom sindical do descontentamento obreiro para garantir a paz social.

O primeiro objectivo de respeito à capacidade de autoorganização operária. Para além de causas estruturais do desenvolvimento capitalista a nível internacional, incluída a míngua quantitativa dos sectores estritamente catalogáveis como proletários, essa capacidade da classe obreira viu-se mutilada por umha ofensiva patronal que contou com a colaboração das principais centrais sindicais do Estado, nomeadamente as CCOO. A dia de hoje, após a etapa de governo do PP, as sucessivas contrarreformas laborais impostas pelos seus governos continuam em pé, sem que o novo governo tenha mostrado qualquer disposição a restituir direitos roubados pela direita aznarista. Além disso, a própria fraqueza e falta de referentes políticos e sindicais combativos mantêm a classe obreira no marasmo, também no nosso país, como as tímidas respostas às agressões ao sector naval galego demonstraram nos últimos tempos. Fica em evidência como as directrizes dos diversos governos respondem à objectiva correlação de forças no palco social, e a burguesia não está disposta a oferecer assim de graça os frutos que a fortaleza reaccionária durante o governo PP lhe outorgou, por muito que tenha accedido ao poder político a *esquerda* liberal reformista e o "bom talante" de Zapatero. A ofensiva final a que assistimos contra os nossos estaleiros, que pom o ramo a um processo também iniciado pelo PSOE nos anos 80, é a melhor mostra.

Porém, as greves gerais de 2001 e 2002, as mobili-



Compostela, 6 de Dezembro de 2004



As reivindicações autodeterministas na rua da mão da esquerda independentista

zações contra a LOU, as massivas manifestações contra os responsáveis pela catástrofe sócio-ambiental do *Prestige* e, finalmente, as grandes mobilizações contra a Guerra imperialista no Iraque, demonstraram que, apesar da dureza dos anos de aplicação de políticas agressivas a nível ideológico, mediático e repressivo, um certo nível de resistência subsiste em importantes sectores sociais da Galiza. Mas, infelizmente, a falta de referentes políticos claros quanto à necessidade de construir umha alternativa anticapitalista e soberanista faz com que alternem os períodos de espontâneas vagas mobilizadoras com a desmotivação subsequente da falta de objectivos tácticos enquadrados numa estratégia revolucionária, que acaba cedendo a gestom dos refluxos e ressacas à direcção de um nacionalismo autonomista e institucionalizado.

No segundo grande objectivo, a solução final ao problema nacional no Estado espanhol, a ilegalização da maior parte das organizações independentistas bascas, a clausura de meios de comunicação e reformas legais que chegaram a incluir cadeias perpétuas encobertas para casos catalogados como "terrorismo" (um leque cada vez mais amplo e flexível), fôrom acompanhadas de reformas

educativas espanholizadoras e da socialização de um discurso ultra-espanholista e contra qualquer "veleidade" nacionalista periférica. Umha estratégia que obteve resultados em forma de aglutinação e crescimento eleitoral do espanholismo mais cru no País Basco, na extensom do chauvinismo espanhol entre importantes camadas sociais espanholas e mesmo na autocensura e acelerada integração de determinadas forças antigamente rupturistas de esquerda nacionalista, como o BNG no caso da Galiza. Porém, a ofensiva espanholista provocou também umha reacção defensiva em sectores sociais dessas periferias, que mantiveram o apoio a opções que arvoraram umha relativa coerência, nem que fosse só verbal, ante as provocações e ataques dos aparelhos do Estado. É o caso das diversas expressões do nacionalismo basco, ou da mesma ERC nos Países Catalães.

Mençom à parte merece o fenómeno social independentista no País Basco, assediado juridicamente, atacado permanentemente pelos media do sistema, duramente reprimido polos diversos aparelhos do Estado, e no entanto mantendo umhas percentagens de apoio que hoje, como há 25 anos, representam umha negação radical da farsa

democrática espanhola que os diversos povos sem Estado padecemos.

### ... e as reformas estatutárias após 25 anos de farsa constitucional

De forma que a saída precipitada do PP do Governo do Estado coincide não só com a manutenção do PNB à frente do Governo basco, incluída a sua proposta de reformulação estatutária (Plano Ibarretxe), mas com as propostas reformistas da maioria das forças institucionais catalãs e mesmo as reformas dos estatutos previstas na Galiza e a Andaluzia. Coincide também com umha proposta substancialmente diferente das restantes, a apresentada em Novembro pela esquerda abertzale basca para superar o conflito entre Espanha e Euskal Herria em termos democráticos.

Ao mesmo tempo, as esquerdas independentistas basca, catalã e galega promovêrom em Outubro um manifesto em que se desmarcam da feira das mentiras dos "reformadores" de uns estatutos democraticamente invalidados desde a nasçença (21% de participação por parte do povo galego no referendo de 1980). Tal como Batasuna, Endavant (OSAN) e NÓS-Unidade Popular afirmam no seu manifesto conjunto, -a que Primeira Linha aderiu-, pretender a sua actualização sem passar por um debate social aberto a todos os sectores, ao tempo que se nega de raiz o direito de autodeterminação como parte do processo, representa umha fraude semelhante à do "café para todos" que nos conduziu ao beco sem saída actual. Mas com umha trágica diferença no caso galego: se na altura a esquerda nacionalista mantivo umha posição digna defendendo a ruptura democrática e o direito de autodeterminação reflectidos nas chamadas *Bases Constitucionais*, desta vez o BNG banio ambos princípios da sua descafeinada "Proposta dum Novo Estatuto". A consulta ao povo galego é substituída por um fórum de "notáveis" representantes da direita e o regionalismo, enquanto o exercício do direito de autodeterminação se transforma num mirrado "novo quadro de relações institucionais" da Galiza "dentro do Estado espanhol".

O debate superestrutural e mediático da reforma estatutária na Galiza deixa afinal ao léu como está esgotado o projecto historicamente representado pelo BNG, com um Anxo Quintana convertido em porta-voz da integração no constitucionalismo espanhol. Isso sim, a participação ordeira dos seus cargos públicos numhas instituições ditas "democráticas" dá um visto de legitimidade aparente ao sistema, ao podermos ver também nos media as caras parlantes dos representantes desse "nacionalismo responsável". Eis quanto pode oferecer o *Bloque*, para além da par-

vem da página 5

ticipação na troca de cromos para uma reforma estatutária que permita falar de maior "descentralização" e maior "reconhecimento à rica diversidade espanhola". Ao mesmo tempo, fica na mesma a grave situação da Galiza, que enfrenta, nom o esqueçamos, um sério risco de definitiva assimilação por parte do agressivo projecto nacional espanhol. Já tivemos ocasiões de comprovar os efeitos destes últimos 25 anos de Estatuto galego à medida de Espanha. Nom é difícil adivinhar o que podam supor outras duas décadas de mais estatuto, remoçado e abençoado polas principais forças do constitucionalismo espanhol, capitalista e monárquico. Daí que o dilema se estabeleça nos mesmos termos que aquando da aprovação do Estatuto de 1981: autonomismo ou soberanismo?

### Conclusom

Frente ao acelerom da direita espanhola para resolver de vez o problema nacional do Estado mediante a derrota em todas as linhas dos nacionalismos periféricos nos últimos oito anos, a queda imprevista do Governo do PP deixa a situação actual com sectores significativos das diversas nações sem Estado da Península a exigir um reconhecimento superior ao outorgado polos actuais estatutos.

A resposta do PSOE, em coordenação com o PP, vai ser uma reedição da "Espanha autonómica", em que as burguesias periféricas basca, catalá e galega semelham estar dispostas a embarcar-se, após um processo de pechincha política que acabe por garantir a soberania espanhola dos nossos territórios. Em troca, respeitará-se os privilégios ámbitos de influência dos sectores autonomistas que, com as suas diferenças, marcam a linha política dos nacionalismos autonomistas.

Ante essa possibilidade de procurar uma nova saída em falso às demandas históricas dos nossos povos, alçam-se as forças que, 25 anos depois, continuam a exigir uma ruptura democrática que permita aos povos basco, galego e catalá exercer uns direitos nacionais reconhecidos polos organismos supranacionais como fundamentais, e que se resumem numa palavra: autodeterminação.

Na Galiza, com um BNG que já banuiu do seu programa político o estigmatizado conceito, corresponderá ao soberanismo socialista representado pela esquerda independentista manter aceso o facho dos direitos nacionais para além do baile de máscaras que se prepara em forma de reforma estatutária. O "Decálogo a respeito do debate autonómico" apresentado por NÓS-UP a finais de Agosto exprime esta inequívoca posição. Se a aliança com outras forças soberanistas das nações irmãs basca e catalá é importante e está já a ser ensaiada, o realmente determinante será conseguirmos unir no interior do

# Autonomismo ou soberanismo?...



PSOE e BNG, cada vez menos diferenças



O PNB pactuou com o rosto amável do espanholismo



A verdadeira cara do PSOE

País os diversos sectores, mesmo para além do próprio independentismo, que somos por uma saída democrática, autodeterminista, como única possibilidade de desenvolvimento e construção da nossa verdadeira identidade nacional: a galega.

Alguns passos estão a ser dados nessa direcção: a proposta de Bases Democráticas Galegas supujo a apresentação de uma tabela de reivindicações tácticas assumíveis por um amplo espectro social, e tem já dado os primeiros frutos no caminho da necessária unidade. Se o Dia da Pátria foi a mostra de que tal unidade é nom só possível, mas também reclamada pela maioria da chamada "esquerda do Bloque", a campanha polo Nom à Constituição europeia no referendo de Fevereiro deve servir para alicerçar essa aliança, engajando o Nom à Europa dos mercados com o Sim à Europa dos povos e a autodeterminação. No fundo, a campanha europeia e a reformulação do Estado espanhol fazem parte do mesmo debate que deve ter para nós na autodeterminação nacional o seu eixo principal.

Frente a umhas propostas de reformas estatutárias que em nada questionam a ilegítima Constituição de 1978 e evitam reconhecer a soberania nacional dos povos, devemos, tal como já fíjo a esquerda nacionalista galega há 25 anos, reivindicar o nosso direito a decidir como povo maduro e soberano. Nada disso aparece recolhido na proposta de um "Novo Estatuto para Galiza" apresentada polo BNG, que em diversos aspectos, entre eles um tam basilar como a territorialidade da nação, fica até por trás do que supugera em 1936 a proposta aprovada polo povo galego em plebiscito, nom osando ultrapassar o modelo quadriprovincial que Espanha nos impom. Com efeito, longe de supor a novidade que o título avança, o "Novo Estatuto" consagra parâmetros estruturais da dominação sobre a nossa nação, tais como o bilingüismo ou o próprio reconhecimento reverencial do constitucionalismo espanhol. Fica assim selada a adesão do que fora rupturista movimento nacional-popular à fraude que o Estado espanhol nos prepara.

É grande o repto que os sectores populares comprometidos com a liberdade nacional da Galiza enfrentamos nos próximos meses. Para além de representar um novo capítulo no enfrentamento histórico entre o projecto assimilador espanhol e os movimentos populares pola soberania das nações submetidas nessa prisão de povos, estes meses devem servir para unir na luta social concreta as diversas expressões do soberanismo de esquerdas e antipatriarcal galego. E deve fazê-lo sobre a base do direito de autodeterminação, principal renúncia do autonomismo e principal razão de ser para a alternativa democrática e socialista que aspiramos a representar.

Maurício Castro é membro do Comité Central de Primeira Linha

## LIVROS

## WEB



### Ernesto Guevara

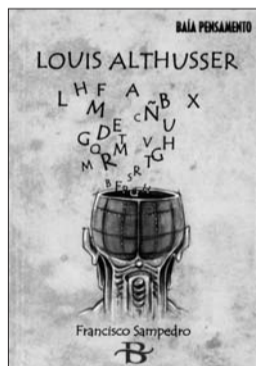
*Até a vitória sempre. Escolma de artigos do Che Guevara.* Agita Edições, Compostela, 2004. 55 páginas.

Coincidindo com o trigésimo sétimo aniversário da queda em combate do Ché Guevara, no mês de Outubro saíu, editado por AGIR, um caderno com seis textos do revolucionário argentino-cubano.

Com um breve prólogo do Conselho Nacional da organização estudantil da esquerda independentista, esta interessante iniciativa, inédita no panorama editorial galego, reproduz dous textos vinculados com o ensino: "Reforma universitária e Revolução" e o discurso realizado quando recebeu o Doutoramento Honoris Causa da Universidade de Las Villas.

Em "O socialismo e o homem em Cuba" e "O que deve ser um jovem comunista" recolhem-se uma parte considerável do pensamento e os valores do modelo de socialismo guevariano, antagónico ao economicismo reformista do stalinismo. O caderno também inclui o último capítulo de "Passagens da Guerra Revolucionária", concretamente "A ofensiva final. A batalha de Santa Clara", na que se teoriza sobre a experiência concreta da luta guerrilheira realizada em Cuba polo Exército Rebelde do Movimento 26 de Julho na sua guerra vitoriosa contra a ditadura de Batista. Finalmente, o caderno finaliza com a famosa carta de despedida do Ché dirigida a Fidel e ao povo Cubana datada em 1 de Abril de 1965.

Uma boa iniciativa para difundir o rico e desconhecido legado teórico deste grande dirigente comunista, que cumpre manter e alargar. Porém, sugerimos que nas seguintes iniciativas de Agita Edições sejam introduzidas uma série de melhorias na edição, concretamente na necessidade de datar os textos e contar com créditos. (Inácia Fontefria)



### Francisco Sampedro

*Baía Pensamento* Louis Althusser. Baía Edições, Corunha 2004, 103 páginas

A coleção Baía Pensamento vem de editar um livro de bolso sobre o marxista francês Louis Althusser, da autoria do professor Francisco Sampedro. A obra é concebida como um

manual para difundir a figura e a obra de Althusser e portanto arrasta evidentes limitações de espaço compensadas polo grande esforço de síntese realizado. Dividido em três partes, arranca com uma biografia de Althusser, para imediatamente dissecar e definir as suas achegas teóricas, enquadrando-as como fruto dos grandes debates e polémicas ideológicas do marxismo do século vinte, e definindo-o como um "crítico de esquerda ao stalinismo". Para Sampedro, é absurdo considerar Althusser como estruturalista, embora reconheça que compartilha um "certo ar de família, porquanto combate o humanismo e a falta de rigor das chamadas ciências humanas, à hora de construção dos objectos teóricos". O coração da obra está centrado em dar a conhecer e portanto a interpretar os elementos medulares do pensamento althusseriano: o continente histórico, a filosofia como linha de demarcação, a ruptura epistemológica, o anti-humanismo teórico e a teoria da ideologia. Finalmente, o livro apresenta uma selecção de textos de Althusser como apoio à interpretação que Sampedro realiza da sua obra. Embora nom desenvolva as causas da dogmática e empobrecedora leitura de Marx realizada por uma das alunas mais conhecidas de Althusser, a chilena afincada em Cuba Marta Harnecker, este livro é um sopro de ar fresco no lânguido panorama editorial galego centrado na literatura e nos ensaios academicistas. (Carlos Morais)



### Daniel Baggioni

*Linguas e nações na Europa* Edicións Laiovento, Compostela, 2004, 387 páginas

O volume número 187 de Edicións Laiovento apresenta-nos a tradução da principal obra do sociolinguísta francês Daniel Baggioni, falecido em 1998. *Linguas e nações na Europa* é o título de um exaustivo estudo da relação histórica entre língua e nação no contexto europeu, com uma inusual óptica social para além do puro filologismo tam habitual neste tipo de obras de

divulgação.

Conceitos como "língua nacional", "padronização", "ecolingüismo" ou "monolingüismo territorial", som analisados numa abordagem "sócio-histórica e sociopolítica", segundo se reconhece no prefácio, revendo os diferentes modelos de oficialização das línguas nos estados-nação europeus, numa perspectiva temporária (nascimento dos estados-nação) e espacial (processos nacionalitários em curso actualmente).

Especial interesse merece o estudo que Baggioni fai do surgimento nas últimas décadas de novos estados na Europa e da função outorgada às respectivas línguas nesses processos de construção nacional, tais como o checo, o eslovaco, o moldavo, o croata, etc. Outros contextos analisados enquadram-se na própria Europa ocidental, em casos como o belga, o suíço, ou nos estados escandinavos.

Reconhecendo a solidez e dimensões do ensaio de Baggioni, nom podemos deixar de detectar doses de paternalismo e conformismo próprios da perspectiva de um francês que exerce de tal. Assim, julga inevitável a perda das línguas que chama "minoritárias", apostando para o futuro por um modelo de plurilingüismo europeu só atinente às línguas dos principais estados, e em nada contraditório com o teor imperialista que os sustentou e sustenta.

Apesar de redigido consoante o padrom ortográfico isolacionista, salienta ainda na edição que comentamos a qualidade do galego empregue na tradução de Fernando Vasques Corredoira e Mário J. Herrero Valeiro, muito por cima do que é habitual no mercado editorial da Galiza. (Maurício Castro)



### BRIGA

[www.briga-galiza.org](http://www.briga-galiza.org)

Comentamos nesta ocasião uma novidade dentro do espaço ocupado pola esquerda independentista na Internet. Há já alguns anos que o MLNG encetou um trabalho a sério na rede de redes como via de socialização do projecto revolucionário e independentista que representamos. Daí que valorizemos também como positiva a iniciativa imediata da nova entidade juvenil independentista, BRIGA, que de maneira quase simultânea à sua constituição em Ferrol a 16 de Outubro de 2004 apresentou o web nacional em que informa das suas actividades.

O web é de recente criação, daí que os conteúdos nom sejam ainda muito numerosos. Porém, oferecem-se já os textos aprovados no Congresso Nacional Constituinte, bem como as novidades relativas a campanhas e comunicados públicos de BRIGA, e um arquivo gráfico com numerosas imagens do citado Congresso, da participação de BRIGA em mobilizações e das campanhas que a entidade juvenil da esquerda independentista está já a desenvolver nas ruas da Galiza.

As actualizações tenhem uma periodicidade razoável, o que torna conveniente visitar frequentemente este novo web da juventude mais combativa.

No extremo sul do continente americano, estende-se a República Argentina, num território em que entrariam mais das duas terças partes da União Europeia, a totalidade dos seus habitantes tem uma população menor aos diferentes povos que convivem só no território espanhol.

Juntamente com o Uruguai e o Chile, o povo argentino é o mais "europeu" da América Latina toda. A imensa maioria da sua população é filha da imigração europeia. As primeiras vagas de imigrantes, os conquistadores e colonizadores dos séculos XVI, XVII e XVIII, tiveram como emergente os gaúchos crioulos que surgiram da mestizagem entre os povos originários e os seus colonizadores.

O saque das suas riquezas minerais foi a primeira forma de relacionamento que se estabeleceu entre a metrópole e as suas colónias. Os portos passaram a se constituírem num aspecto vital dessa relação. Sobre eles, foram sendo construídas as divisões territoriais que acabaram por fragmentar o espaço americano numa vintena de repúblicas, muitas vezes enfrentadas entre elas.

Nas primeiras décadas do século XIX, os povos americanos independizaram-se politicamente dos reis de Espanha. O auge do desenvolvimento industrial europeu, que reconhecia nas manufatureiras inglesas o seu ponto mais alto, passou a se constituir no referente de um outro modelo económico e de ligação entre a nova metrópole e as jovens repúblicas. A procura de alimentos para os trabalhadores industriais europeus encontrou, na largura das *pampas* argentinas, uma importante fonte de recursos.

A velha troca de espelhos de cores por metais preciosos, da época do saque, foi substituída pelas carnes que mandávamos e as manufaturas, nomeadamente têxteis, que recebíamos. Estas contribuíram para destruir as incipientes e modestas tentativas de desenvolvimento autónomo do interior argentino. A resistência dos caudilhos do interior foi quebrada, com a cumplicidade dos dirigentes do porto de Buenos Aires. Na vizinha, mediterrânica, República do Paraguai, o seu governo opuiu uma forte resistência para defender o direito a um desenvolvimento autónomo. A acção conjunta dos governos do Brasil, Buenos Aires e a Faixa Oriental (Uruguai), e o apoio da Frota dos Estados Unidos, acabou com essa experiência através de uma guerra, quase ignorada. O heroísmo do povo paraguaio pagou com a vida de praticamente todos os seus varões maiores de doze anos o sacrifício de tentar a independência económica.

Neste contexto é que nasce a Argentina Moderna e se dita a sua Constituição de 1853 que, com modificações no muito significativas, continua a reger a vida institucional. Por ela abrem-se as portas do país à imigração europeia, necessitavam-se braços para fazer produzir a riqueza das nossas pradarias, em função das necessidades do mercado inglês.

Nesta etapa imigratória, as duas correntes mais importantes são constituídas por italianos e os povos provenientes de diferentes lugares do Estado espanhol, particularmente aqueles que vinham da Galiza, as Astúrias, o País Basco, a Catalunha e Castela. Seguem-lhes em importância os alemães, franceses, arménios, russos, polacos, sírios, libaneses, suíços e galeses.

### Umha interpretação sobre os processos de mudança produzidos na Argentina

Na nossa história, tal como na de todos os povos, podemos encontrar fatos que assinalam mudanças na situação. Para quem apenas olhar a superfície, essas modificações podem ocorrer como súbitas ou espontâneas, mas elas sempre tiveram um longo período de preparação. No nosso caso, os pontos de inflexão estão estreitamente ligados a importantes factos de massas ou irrupções sociais. Em todos eles, os protagonistas foram aqueles sectores sociais directamente interessados em mudar o statu quo. A história prova-nos que tal foi possível.

#### A primeira irrupção social

A Argentina moderna construiu-se sobre o corpo lacerado da derrota dos povos do interior. Fijou-se sobre as cinzas das *montoneras* federais que não puderam dar entidade aos seus sonhos de organizar o País respeitando as realidades regionais, económicas e institucionais, que eles representavam. O mesmo projecto incluiu o extermínio do índio para permitir o alargamento das "frentes agropecuárias", que permitissem incorporar novas terras destinadas à produção de alimentos.

A partir dessas derrotas, construiu-se o país agro-exportador apoiado nos interesses do porto de Buenos Aires, os donos de grandes extensões de terra e o mercado inglês, ávido de comida para alimentar os assalariados do seu nascente industrialismo. Essa foi a chave de uma rica Argentina oligárquica, que organizou o País consoante os seus interesses.

A política imigratória, uma das chaves do projecto agro-exportador, é um dado vital para percebermos a crise da hegemonia oligárquica.

Roberto Perúa

# ARGENTINA... a terceira irrupção social



As formas institucionais do País oligárquico não conseguiram deter as dissidências internas, nem menos ainda o novo emergente social constituído pelos filhos da recente imigração, que ficaram instalados como pequenos produtores agropecuários, profissionais e comerciantes.

Nos últimos anos do século XIX, o nosso país foi palco de uma série de rebeldias sociais e cívico-militares que culminaram, em 1916, com o triunfo do radicalismo, um partido representativo desse emergente social, produto da imigração. Em 1918, um movimento estudantil universitário, a Reforma Universitária, mudaria a hegemonia e características da Universidade, outorgando uma legitimidade cultural ao conjunto desse novo movimento social.

Os filhos da imigração, constituídos como classes médias urbanas e rurais, protagonizaram a primeira irrupção social que teve no partido radical a sua expressão política.

Desse jeito, o velho poder oligárquico foi questionado política, social e culturalmente por um novo sector emergente da própria sociedade que tinham desenhado à medida dos seus interesses. Mas as fraquezas do novo projecto impediu avançar na desarticulação da rede de interesses económicos sobre a qual se tinha constituído a nossa sociedade. O radicalismo governante acabou atrapado nessa rede que, com o golpe de estado de 1930, voltou a tomar conta do governo.

#### A segunda irrupção social

Com o esvaziamento do império britânico,

que principiou logo a seguir do fim da primeira guerra mundial, o antigo projecto agro-exportador entrou num processo de deterioração que rebentou, juntamente com a crise mundial do capitalismo, em 1930.

A impossibilidade de dar continuidade ao velho sonho argentino de ser o "celeiro do mundo" abriu o caminho à nova política de substituição de importações.

Com o início da Segunda Guerra Mundial, esta tendência alastrou rapidamente, a necessidade de operários para as novas indústrias produziu o fenómeno de uma forte imigração interna. Ela foi mudando a cara das principais cidades do País, nomeadamente Buenos Aires e Rosário.

Nas redondezas da geografia e da vida social destas cidades foram crescendo bairros de trabalhadores. A começa da década de quarenta, o Grande Buenos Aires acolhia cerca de um milhão de pessoas cuja antiguidade no local era de menos de 10 anos.

Também o movimento operário mudava rapidamente na sua composição; os velhos grêmios conduzidos por socialistas, comunistas e anarquistas não podiam conter e integrar estes novos trabalhadores.

Mas uma vez, a partir das necessidades do sistema económica geravam-se as forças sociais que criariam as condições para uma nova irrupção social.

Entretanto, nas Forças Armadas, que vinham de longos períodos de conspirações ligadas ao radicalismo, salientavam duas tendências. As questões centrais que ocorriam no debate eram a pressão dos EUA para instalar

bases militares na área e romper com a nossa atitude de neutralidade face à Guerra. Os oficiais superiores estavam mais identificados com a política dos EUA. Por seu turno, a oficialidade jovem não aceitava essa pressão estado-unidense e era proclive a uma política de neutralidade. Esta última orientação foi partilhada com a maior parte dos sectores da esquerda, enquanto manteve a sua vigência o pacto entre a URSS e a Alemanha.

Essas tendências da oficialidade jovem cristalizaram na formação do GOU (Grupo de Oficiais Unidos) que, sob a crescente influência do Coronel Juan Domingo Perón, começou a cobrar uma importância cada vez maior nas Forças Armadas e no governo surgido das acções militares de 4 de Junho de 1943, que pugneram fim aos 13 anos de restauração oligárquica, conhecidos como a "Década Infame".

O apoio de Perón, a partir da Secretaria de Trabalho e Previsão, às necessidades, reclamações e organização dos trabalhadores, o seu posterior afastamento e detenção na ilha Martín García, foram os detonantes imediatos da gesta de 17 de Outubro de 1945.

Emergia, no palco político do nosso país, um novo sector social e sentava as bases do movimento mais importante do século XX.

Os sectores médios não conseguiram compreender o novo fenómeno social que estava a gerar-se. As jornadas prévias a 17 de Outubro de 1945 e as eleições realizadas poucos meses mais tarde, encontrariam a maioria do radicalismo, socialistas e comunistas, faixas de outros grupos da esquerda e sectores católi-

cos, da mão da Sociedade Rural e o embaixador norte-americano, conformando a chamada União Democrática, contra os interesses da nova maioria social.

Este distanciamento entre sectores médios e os trabalhadores será uma constante da política argentina das últimas décadas, sobre o mesmo pudo-se manter o poder das minorias sociais economicamente poderosas. Os trabalhadores industriais, acompanhados por outros sectores populares, chefiam o movimento social que se constituiu no protagonista principal da segunda irrupção social da Argentina moderna, o peronismo seria a sua identidade política.

#### A construção da terceira irrupção social

O Golpe de Estado de 1955, fijo ir por água abaixo o governo peronista. Restabeleceram-se as ligações com o FMI, desenharam-se a partir de Washington os aspectos centrais da política económica dos sucessivos governos argentinos. Uma permanente instabilidade institucional foi a característica até 1973. entom, o retorno de um governo representativo dos interesses das maiorias, precedido por uma forte acumulação de poder das organizações populares, acompanhado por movimentos semelhantes em boa parte dos países vizinhos, assustou o sistema do "poder estabelecido". A resposta não se fijo esperar. O Golpe de Estado de 24 de Março de 1976, significou a vontade de restaurar a "ordem imperial". Os militares argentinos, replicando o que aconteceu na nossa envolvente geográfica, instauraram uma nova ordem, sob a hegemonia do capital financeiro internacional. A gigantesca tragédia vivida, com os seus milhares de mortos, presos e desaparecidos, não foi o produto de nenhuma loucura de indivíduos, corporações ou seitas, nem tampouco uma obra do acaso; foi a necessidade de "disciplinar a sociedade" e integrar a região nessa nova hegemonia mundial.

O restabelecimento das instituições constitucionais, a partir de 1983, sucedendo-se os governos radicais de Raúl Alfonsín (1983/89), justicialista de Carlos Menem (1989/99) e a Aliança do radicalismo com faixas do próprio justicialismo e sectores da esquerda, que entronizou o presidente Fernando de la Rúa (1999/2001), não mudaram as condições estruturais que sustentam o domínio do sector financeiro.

O País individuiu-se até limites inimagináveis; assistiu-se a uma substancial abertura da economia que completou a destruição da sua indústria, uma massiva desocupação serviu como antecedente para uma progressiva fragmentação e desestruturação das diferentes organizações sociais. Milhões de argentinos passaram a ficar excluídos do sistema económico e social. O descontentamento da sociedade manifestou-se como uma crise de representatividade, que foi delegitimando as instituições.

A 19 e 20 de Dezembro de 2001, massivas mobilizações de sectores médios, trabalhadores e desocupados, acabaram com o governo da Aliança e tornaram clara a inviabilidade do modelo que vigorava.

A partir daí, começou um processo de transição, que ainda andamos a transitar. Primeiro foi uma rajada que incluiu cinco presidentes numa semana. A seguir, a situação foi ficando estável e chegou-se ao actual governo de Néstor Kirchner, uma variante desta transição cujo destino é indefinido. O seu discurso de tom "progressista", rememorando as bandeiras da década de 70, motiva à reacção dos sectores pró-imperialistas. Se bem que não tenha modificado a matriz da acumulação económica das décadas anteriores e careça da suficiente decisão política e construção social capaz de sustentar e aprofundar o seu discurso, constitui, por enquanto, o governo mais próximo das expectativas populares, desde a restauração democrática de 1983. além do mais, o resto do movimento popular, fragmentado e sem condução, também não foi capaz de construir uma alternativa social e política superadora.

Já foi assinalado que a primeira irrupção social teve como protagonista o emergente constituído pelas camadas médias e a segunda pelos trabalhadores. A terceira irrupção já se manifestou na sociedade argentina. Foi essa presença massiva na rua dos sectores médios, trabalhadores e excluídos, nas jornadas de 19 a 20 de Dezembro de 2001.

Assim como o radicalismo exprimi politicamente a primeira irrupção e o peronismo a segunda, resta é saber se esta nova expressão protagónica das massas terá uma identidade política específica ou será absorvida pelas já existentes. Tal está estreitamente ligado às suas possibilidades de ultrapassar o actual estagnamento acumulando a força suficiente para se constituir numa alternativa capaz de construir um novo tipo de poder popular, o poder do povo socialmente organizado.

Roberto Perúa é Coordenador Nacional da Assembleia de Organizações Livres do Povo (OLP) da Argentina



# ABRENTE



Edita: Primeira Linha. Redacçom: Rua do Home Santo 29, 4º A. 15703 Compostela. Galiza. Telefone: 616 868 589.  
 www.primeiralinha.org  
 Conselho de Redacçom: Comité Central de Primeira Linha  
 Fotografia: Arquivo Abrente. Correcçom lingüística: Galizaemgalego.  
 Maqueta: ocumodesenho. Imprime: Litonor S.A.L. Encerramento da ediçom: 6 de Dezembro de 2004

Correspondência: Apartado dos Correios 760. Compostela. Galiza. Correios electrónicos: sgprimeiralinha@primeiralinha.org / primeiralinha@primeiralinha.org

Tiragem: 3.000 exemplares. Distribuicòm gratuita.

Permite-se a reproducòm total ou parcial dos artigos sempre que se citar a fonte. Abrente nom partilha necessariamente a opiniom dos artigos assinados.

Impresso em papel reciclado. Depósito Legal: C-901-1997

O último trimestre de 2004, ano em que comemoramos o 80 aniversário da morte de Vladimir Illich Ulíanov, Lenine, encerrou-se com a publicaçom de dous novos títulos por parte da Abrente Editora, com 17 obras publicadas em papel, além de mais de cinquenta em formato digital na Biblioteca Marxista em Galego. Lembremos que também neste ano que conclui, em Janeiro, fora publicada já a segunda ediçom do *Manifesto Comunista*, de cuja recensom nos ocupamos no número 31 do Abrente.

Em concreto, estamos a falar de *O comunismo que aí vem*, dado a lume em Novembro e da autoria do nosso camarada português Francisco Martins Rodrigues, director da revista comunista portuguesa Política Operária. No volume, de 284 páginas, recolhem-se vinte e dous artigos escritos entre os anos 1985 e 2004. A maior parte foram já publicados em suportes diversos, como som a própria revista Política Operária ou esta mesma publicaçom que téis nas tuas maos, além do próprio web do nosso partido na Internet, www.primeiralinha.org. Porém, esta ediçom que comentamos serviu para agrupar umha série de lúcidas análises de fenómenos históricos como a chamada Revoluçom dos Cravos portuguesa, a própria Revoluçom Bolchevique e, em geral, o significado das experiências revolucionárias desenvolvidas ao longo do século XX no Planeta.

Esta obra, prologada polo nosso secretário geral, Carlos Morais, inclui também umha extensa entrevista com o autor do livro, Francisco Martins, incansável lutador contra a ditadura salazarista, preso por 12 anos nas prisons do fascismo e um dos referentes históricos e actuais do movimento comunista português. A leitura das páginas de *O comunismo que aí vem* permite-nos conhecer muita cousa do último meio século de história de Portugal através de um dos seus mais destacados protagonistas, mas sobretudo mostra-nos o valor do marxismo como método para a correcta interpretaçom e profunda transformaçom da realidade social.

Ainda como parte deste ano de comemoraçom leninista, a Abrente nom quijo deixá-lo findar sem apresentarmos um volume dedicado ao próprio Lenine. Daí que fosse apresentada neste mês de Dezembro a obra *Socialismo e independência. 17 textos de Lenine sobre a questom nacional*. Trata-se, como o título avança, de umha colectânea de trabalhos da autoria do próprio Lenine, dedicados à problemática dos direitos nacionais e à autodeterminaçom dos povos. A totalidade de textos som publicados em galego-português na Galiza pola primeira vez, o que dá mais valor à iniciativa da Abrente Editora. Porém, para além do carácter inédito da iniciativa, a verdadeira importância da mesma situa-se na possibilidade que oferece de acederem de maneira directa a umha das principais e mais ricas fontes do marxismo em relaçom com a questom nacional. Com efeito, Lenine marcou um avanço qualitativo quanto às posiçom marxistas em relaçom com os processos de libertaçom nacional dos povos sem Estado como a Galiza. Frente às posiçom chauvinistas de nom poucas organizaçom adscritas ao marxismo ao longo do século passado, incluídos os partidos comunistas "oficiais" dos principais estados europeus, Lenine diferenciou os nacionalismos

# Duas novas propostas da Abrente Editora

## O comunismo que aí vem

## Socialismo e independência



das pequenas naçom face aos das grandes, situando no acesso à independência o exercíco real do que para muitos era apenas retórico reconhecimento do direito de autodetermi-

naçom. O prólogo incluído no volume que comentamos é da responsabilidade do Comité Central de Primeira Linha.

Com estas duas novas obras, de cuidada apresentaçom, a Abrente Editora reafirma-se como proposta editorial para a formaçom de umha nova geraçom de revolucionárias e revo-

lucionários que luta pola liberdade nacional e o socialismo, numha nova Galiza alheia ao patriarcado e às restantes lacras ligadas ao capitalismo.

### ABRENTE EDITORA


Recebe as publicaçom da Abrente Editora na tua morada preenchendo o formulário e enviando-o co justificante de pagamento da publicaçom ou publicaçom escolhidas ao Apartado dos Correios 760 de Compostela. Número de conta para o ingresso 2091 0387 42300009169 de Caixa Galiza-Compostela. Ao preço da publicaçom há que acrescentar 3 € por gastos de envio.

FICHA DE SOLICITUDE	
nome e apelidos	
endereço	
localidade	código postal
correio electrónico	telefone
publicaçom solicitada	

**PONTOS DE VENDA:**  
**Compostela:** Livraria Couceiro, Livraria A Palavra Perduda, Tarasca, CS Henriqueta Outeiro.  
**Corunha:** Livraria Couceiro, Sisargas. **Ferrol:** Livraria Sargadelos, Fundación Artábria. **Lugo:** Livraria Sargadelos. **Ourense:** Livraria Torga. **Ponferrada:** Livraria Siena. **Ponte Areas:** Livraria Nova, Citánia. **Ponte-Vedra:** Livraria Michelena. **Vigo:** Livraria Andel do livro galego e português.